

CONVENÇÃO EUROPEIA

SECRETARIADO

Bruxelas, 26 de Maio de 2003 (26.05)
(OR. fr)

CONV 728/03

NOTA DE ENVIO

de: Praesidium

para: Convenção

n.º doc. ant.: CONV 647/03

Assunto: **Projecto de texto da Parte IV, comentado**

Junto se envia aos membros da Convenção o projecto de texto da Parte IV do Tratado que institui a Constituição (Disposições gerais e finais), sendo assinaladas as alterações introduzidas em relação ao texto precedente. Figura em anexo uma nota explicativa de cada disposição.

PARTE I: DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo IV–1.º (ex-artigo A) Revogação dos Tratados anteriores

À data de entrada em vigor do Tratado **que institui a Constituição Constitucional**, **são revogados** o Tratado que institui a Comunidade Europeia, ~~de 25 de Março de 1957, o Ato Único, de 17 de Fevereiro de 1986, e o Tratado da União Europeia, de 7 de Fevereiro de 1992,~~ bem como os ~~Tratados de Amesterdão, de 2 de Outubro de 1997, e de Nice, de 26 de Fevereiro de 2001.~~ São igualmente revogados actos e Tratados **que os completaram ou alteraram e que constam de Anexo do Protocolo ... anexo ao Tratado que institui a Constituição.**

Artigo IV–2.º (ex-artigo B) Continuidade jurídica relativamente à Comunidade Europeia e à União Europeia

A União Europeia sucede às Comunidades Europeias e à União em todos os seus direitos e obrigações, quer sejam internos quer resultem de acordos internacionais, constituídos antes da entrada em vigor do Tratado **que institui a Constituição Constitucional** por força dos Tratados, protocolos e actos anteriores, incluindo a totalidade do activo e do passivo das Comunidades e da União, bem como os respectivos arquivos.

As disposições dos actos das Instituições da União adoptados em virtude dos Tratados e actos referidos no primeiro parágrafo permanecem em vigor **nas condições previstas no Protocolo ... anexo ao Tratado que institui a Constituição** ~~na medida em que sejam compatíveis com a Constituição.~~ A jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias mantém-se enquanto fonte privilegiada de interpretação ~~da Constituição e dos actos adoptados antes da sua entrada em vigor do direito da União.~~

Artigo IV–3.º (ex-artigo C) Âmbito de aplicação territorial

1. O Tratado **que institui a Constituição Constitucional** é aplicável ao Reino da Bélgica, ao Reino da Dinamarca, à República Federal da Alemanha, à República Helénica, ao Reino de Espanha, à República Francesa, à Irlanda, à República Italiana, ao Grão-Ducado do Luxemburgo, ao Reino dos Países Baixos, à República da Áustria, à República Portuguesa, à República da Finlândia, ao Reino da Suécia e ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, e...

2. O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ é aplicável aos departamentos franceses ultramarinos, aos Açores, à Madeira e às ilhas Canárias em conformidade com o artigo ... da Parte ~~II~~ **III**.

3. O regime especial de associação definido no Título IV da Parte III do Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ é aplicável aos países e territórios ultramarinos cuja lista consta do [Anexo II do TCE].

O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ não é aplicável aos países e territórios ultramarinos que mantenham relações especiais com o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte não mencionados na referida lista.

4. O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ é aplicável aos territórios europeus cujas relações externas sejam asseguradas por um Estado-Membro.

5. O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ é aplicável às Ilhas Åland nos termos das disposições constantes do Protocolo n.º 2 do Acto relativo às Condições de Adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia.

6. Em derrogação dos números anteriores:

a) O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ não é aplicável às ilhas Faroé;

b) O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ não é aplicável às zonas de soberania do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em Chipre;

c) O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ só é aplicável às ilhas anglo-normandas e à ilha de Man na medida em que tal seja necessário para assegurar a aplicação do regime previsto para essas ilhas no Tratado relativo à adesão de novos Estados-Membros à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica, assinado em 22 de Janeiro de 1972.

Artigo IV-4.º (ex-artigo D) **Unões regionais**

O Tratado que institui a Constituição não constitui obstáculo à existência e concretização das uniões regionais entre a Bélgica e o Luxemburgo, bem como entre a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos, na medida em que os objectivos dessas uniões regionais não sejam alcançados através da aplicação do **referido** Tratado ~~Constitucional~~.

Artigo IV–5.º (ex-artigo E)
Protocolos

Os protocolos anexos ao presente Tratado fazem dele parte integrante.

Artigo IV–6.º (ex-artigo F)
Processo de revisão do Tratado que institui a Constituição

1. O Governo de qualquer Estado-Membro, **o Parlamento Europeu** ou a Comissão podem submeter ao Conselho projectos de revisão do Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~. Esses projectos serão notificados aos parlamentos nacionais **dos Estados-Membros**.
2. **Se o Conselho Europeu, após consulta ao Parlamento Europeu e à Comissão, adoptar por maioria simples uma decisão favorável à análise das alterações propostas, o Presidente do Conselho Europeu convoca uma convenção composta por representantes dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros, dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu e da Comissão. Se se tratar de alterações institucionais no domínio monetário, será igualmente consultado o Banco Central Europeu. O Conselho Europeu pode decidir por maioria simples não convocar a Convenção se a amplitude das alterações não o justificar. Neste caso, o Conselho Europeu define o mandato para a Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros.**

A Convenção analisa os projectos de revisão e adopta por consenso uma recomendação dirigida à Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros prevista no n.º 3.

3. ~~Se o Conselho, após consulta ao Parlamento Europeu e, quando for adequado, à Comissão, emitir parecer favorável à realização de uma~~ **A Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, esta** será convocada pelo Presidente do Conselho, a fim de definir, de comum acordo, as alterações a introduzir no Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~.

As alterações entrarão em vigor após ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

Artigo IV–7.º (ex-artigo G)

Adopção, ratificação e entrada em vigor do Tratado que institui a Constituição ~~Constitucional~~

1. O Tratado **que institui a Constituição ~~Constitucional~~** será ratificado pelas Altas Partes Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Governo da República Italiana.
2. O Tratado **que institui a Constituição ~~Constitucional~~** entrará em vigor no dia, se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, não sendo o caso, no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar.
3. Se, decorrido um prazo de dois anos a contar da data de assinatura do Tratado **que institui a Constituição ~~Constitucional~~**, quatro quintos dos Estados-Membros o tiverem ratificado e um ou mais Estados-Membros tiverem deparado com dificuldades em proceder a essa ratificação, o Conselho Europeu analisará a questão.

Artigo IV–8.º (ex-artigo H)

Período de vigência

O Tratado **que institui a Constituição ~~Constitucional~~** tem vigência ilimitada.

Artigo IV–9.º (ex-artigo I)

Línguas ¹

O Tratado **que institui a Constituição ~~Constitucional~~**, redigido num único exemplar, nas línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, finlandesa, francesa, grega, inglesa, irlandesa, italiana, neerlandesa, portuguesa, sueca, [checa, eslovaca, eslovena, estónia, húngara, letã, lituana, maltesa, polaca], fazendo fé qualquer dos textos, será depositado nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos governos dos outros Estados signatários.

¹ Este artigo deverá ser adaptado em conformidade com o Acto de Adesão.

PARTE II: NOTA EXPLICATIVA DAS ALTERAÇÕES

Artigo IV-1.º (ex-artigo A) Revogação dos Tratados anteriores

À data de entrada em vigor do Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~, **são revogados** o Tratado que institui a Comunidade Europeia, ~~de 25 de Março de 1957, o Ato Único, de 17 de Fevereiro de 1986, e o Tratado da União Europeia, de 7 de Fevereiro de 1992~~, bem como os ~~Tratados de Amesterdão, de 2 de Outubro de 1997, e de Nice, de 26 de Fevereiro de 2001~~. São igualmente revogados os actos e Tratados **que os completaram ou alteraram e que constam de** Anexo **do Protocolo ... anexo ao Tratado que institui a Constituição**.

Observações:

A redacção deste artigo foi simplificada. Além disso, foi acrescentada a referência a um Protocolo em que deverão ser mencionados os actos e Tratados revogados à data de entrada em vigor do Tratado que institui a Constituição. O Praesidium sugere que a Convenção chame a atenção do Conselho Europeu para a necessidade de o Protocolo referido nesta disposição ser elaborado antes do final da Conferência Intergovernamental.

Artigo IV-2.º (ex-artigo B) Continuidade jurídica relativamente à Comunidade Europeia e à União Europeia

A União Europeia sucede às Comunidades Europeias e à União em todos os seus direitos e obrigações, quer sejam internos quer resultem de acordos internacionais, constituídos antes da entrada em vigor do Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ por força dos Tratados, protocolos e actos anteriores, incluindo a totalidade do activo e do passivo das Comunidades e da União, bem como os respectivos arquivos.

As disposições dos actos das Instituições da União adoptados em virtude dos Tratados e actos referidos no primeiro parágrafo permanecem em vigor **nas condições previstas no Protocolo ... anexo ao Tratado que institui a Constituição** ~~na medida em que sejam compatíveis com a Constituição~~. A jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias mantém-se enquanto fonte privilegiada de interpretação ~~da Constituição e dos actos adoptados antes da sua entrada em vigor~~ **do direito da União**.

Observações:

Este artigo tem por objectivo estabelecer o princípio da sucessão da nova União Europeia às Comunidades Europeias e à União. A referência, no segundo parágrafo, a um Protocolo anexo ao Tratado dá seguimento às alterações (de Vries, de Bruijn) nesse sentido. O Protocolo em questão deverá enumerar as categorias de actos das Instituições que devem ser retomados pela nova entidade e as condições de aplicação desses actos. O Praesidium sugere que a Convenção chame a atenção do Conselho Europeu para a necessidade de o referido Protocolo ser elaborado antes do final da CIG.

O Praesidium considera que se deve manter nesta disposição a referência à jurisprudência do Tribunal de Justiça. No entanto, a última frase do segundo parágrafo foi reformulada, a fim de ir ao encontro das alterações nesse sentido. A redacção deste artigo tem em conta que o Tratado Euratom se mantém como Tratado independente, mas que a personalidade jurídica da União é única e absorve a das Comunidades actualmente existentes.

Artigo IV-3.º (ex-artigo C) Âmbito de aplicação territorial

1. O Tratado **que institui a Constituição Constitucional** é aplicável ao Reino da Bélgica, ao Reino da Dinamarca, à República Federal da Alemanha, à República Helénica, ao Reino de Espanha, à República Francesa, à Irlanda, à República Italiana, ao Grão-Ducado do Luxemburgo, ao Reino dos Países Baixos, à República da Áustria, à República Portuguesa, à República da Finlândia, ao Reino da Suécia e ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, e...
2. O Tratado **que institui a Constituição Constitucional** é aplicável aos departamentos franceses ultramarinos, aos Açores, à Madeira e às ilhas Canárias em conformidade com o artigo ... da Parte **II III**.
3. O regime especial de associação definido no Título IV da Parte III do Tratado **que institui a Constituição Constitucional** é aplicável aos países e territórios ultramarinos cuja lista consta do [Anexo II do TCE].

O Tratado **que institui a Constituição Constitucional** não é aplicável aos países e territórios ultramarinos que mantenham relações especiais com o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte não mencionados na referida lista.

4. O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ é aplicável aos territórios europeus cujas relações externas sejam asseguradas por um Estado-Membro.
5. O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ é aplicável às Ilhas Åland nos termos das disposições constantes do Protocolo n.º 2 do Acto relativo às Condições de Adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia.
6. Em derrogação dos números anteriores:
- a) O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ não é aplicável às ilhas Faroé;
 - b) O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ não é aplicável às zonas de soberania do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em Chipre;
 - c) O Tratado **que institui a Constituição** ~~Constitucional~~ só é aplicável às ilhas anglo-normandas e à ilha de Man na medida em que tal seja necessário para assegurar a aplicação do regime previsto para essas ilhas no Tratado relativo à adesão de novos Estados-Membros à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica, assinado em 22 de Janeiro de 1972.

Observações:

O teor deste artigo é mantido sem alterações. Retoma o artigo 299.º do Tratado, com excepção dos segundo, terceiro e quarto parágrafos do n.º 2, que serão retomados no artigo ... da Parte III da Constituição.

Artigo IV-4.º (ex-artigo D)
Unões regionais

O Tratado **que institui a Constituição** não constitui obstáculo à existência e concretização das uniões regionais entre a Bélgica e o Luxemburgo, bem como entre a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos, na medida em que os objectivos dessas uniões regionais não sejam alcançados através da aplicação do **referido** Tratado ~~Constitucional~~.

Observações:

Artigo mantido sem alterações.

Artigo IV-5.º (ex-artigo E)

Protocolos

Os protocolos anexos ao presente Tratado fazem dele parte integrante.

Observações:

Esta disposição não sofreu nenhuma alteração.

A Convenção deveria chamar a atenção do Conselho Europeu para a necessidade de analisar, antes do final da CIG, qual o destino a reservar aos Protocolos anexos aos actuais Tratados.

Artigo IV-6.º (ex-artigo F)

Processo de revisão do Tratado que institui a Constituição ~~Constitucional~~

1. O Governo de qualquer Estado-Membro, **o Parlamento Europeu** ou a Comissão podem submeter ao Conselho projectos de revisão do Tratado **que institui a Constituição ~~Constitucional~~**. Esses projectos serão notificados aos parlamentos nacionais **dos Estados-Membros**.
2. Se o Conselho Europeu, após consulta ao Parlamento Europeu e à Comissão, adoptar por maioria simples uma decisão favorável à análise das alterações propostas, o Presidente do Conselho Europeu convoca uma convenção composta por representantes dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros, dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, do Parlamento Europeu e da Comissão. Se se tratar de alterações institucionais no domínio monetário, será igualmente consultado o Banco Central Europeu. O Conselho Europeu pode decidir por maioria simples não convocar a Convenção se se tratar de alterações cujo alcance o não justifique. Neste caso, o Conselho Europeu estabelece o mandato da Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros.

A Convenção analisa os projectos de revisão e adopta por consenso uma recomendação dirigida à Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros prevista no n.º 3.

3. ~~Se o Conselho, após consulta ao Parlamento Europeu e, quando for adequado, à Comissão, emitir parecer favorável à realização de uma~~ A Conferência dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, ~~esta~~ será convocada pelo Presidente do Conselho, a fim de definir, de comum acordo, as alterações a introduzir no Tratado **que institui a Constituição ~~Constitucional~~**.

As alterações entrarão em vigor após ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

Observações:

N.º 1

A alteração introduzida neste número destina-se a dar seguimento às alterações no sentido da inclusão da possibilidade de iniciativa de revisão pelo Parlamento Europeu (Kirkhope, Kauppi, Borrell, Carnero, Andriukaitis, Lequiller, Lamassoure, Duhamel + 8, Meyer, Brok + 27, Giannakou e Stylianidis, Duff +t 21, Fischer, Kaufmann).

N.º 2

O Praesidium propõe que, como regra geral para as futuras alterações do Tratado que institui a Constituição, seja adoptada a fórmula que parece aceitável para a maioria dos membros da Convenção: aprovação das revisões da Constituição por uma Conferência Intergovernamental preparada por uma Convenção de que farão parte representantes dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros e dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, bem como membros do Parlamento Europeu e da Comissão (Andriukaitis, Santer, Helminger, Fayot, Wagener, Schmidt, Haenel e Badinter, Farnleitner + 3, Demilrap, Figel, de Villepin, Duff + 21, Costa e Oliveira Martins, Azevedo e Nazaré Pereira, Rupel e Lenarčič, Olesky, Fischer). O Praesidium propõe igualmente que se preveja a possibilidade de este procedimento não se aplicar no que toca às alterações cujo alcance o não justifique, tal como solicitado por alguns membros da Convenção (Haenel, Badinter, Fischer, Einem). Neste caso, o Conselho Europeu deve definir claramente o mandato da Conferência Intergovernamental.

O Praesidium não adoptou a possibilidade, proposta por alguns, de prever métodos de revisão diferentes consoante as Partes (mais pesados para as Partes I, II e IV, mais leves para a Parte III), dado haver elementos das disposições da Parte III que estão estreitamente ligados a disposições da Parte I e que devem, portanto, ficar submetidos ao mesmo processo de revisão. Acresce que o estabelecimento de processos de revisão diferentes para as Partes I e III poria em causa a estrutura de Tratado Constitucional, uma vez que tal conduziria a um pedido de transferência para a Parte I de alguns domínios da Parte III. Todavia, para atender ao desejo de que sejam criados processos de revisão mais flexíveis nalguns casos, o Praesidium considera preferível prever a possibilidade de uma revisão mais leve (Conselho por unanimidade, com parecer do Parlamento Europeu, sem ratificação dos parlamentos nacionais) para determinadas disposições da Parte III que não afectem os objectivos, valores e competências da União.

N.º 3

O Praesidium propõe que as futuras alterações do Tratado que institui a Constituição entrem em vigor depois de ratificadas por todos os Estados-Membros. Efectivamente, o Praesidium considera que o estabelecimento de um limiar de ratificação para a entrada em vigor do Tratado, inferior ao número de Estados-Membros, seria politicamente inaceitável para alguns e poderia, pois, colocar graves problemas de ratificação em determinados Estados-Membros. No entanto, com a introdução de um processo de revisão mais leve para algumas disposições do Tratado Constitucional (segundo as modalidades acima enunciadas), pretende-se facilitar a alteração de determinadas disposições menos sensíveis do ponto de vista político.

Artigo IV-7.º (ex-artigo G)

Adopção, ratificação e entrada em vigor do Tratado que institui a Constituição Constitucional

1. O Tratado **que institui a Constituição Constitucional** será ratificado pelas Altas Partes Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Governo da República Italiana.
2. O Tratado **que institui a Constituição Constitucional** entrará em vigor no dia, se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, não sendo o caso, no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar.
3. Se, decorrido um prazo de dois anos a contar da data de assinatura do Tratado **que institui a Constituição Constitucional**, quatro quintos dos Estados-Membros o tiverem ratificado e um ou mais Estados-Membros tiverem deparado com dificuldades em proceder a essa ratificação, o Conselho Europeu analisará a questão.

Observações:

N.º 1

Artigo mantido sem alterações.

N.º 2

Este número é mantido sem alterações, uma vez que, segundo o artigo 48.º do TUE, que prevê o processo de revisão dos actuais Tratados, as alterações aos Tratados entram em vigor após ratificação por todos os Estados-Membros que os tenham assinado. Além disso, os actuais Tratados apenas podem ser revogados com o consentimento de todos os Estados-Membros que neles são partes (15, actualmente, e 25 após a entrada em vigor dos Tratados de Adesão), o que torna impraticável a possibilidade de uma regra de entrada em vigor diferente daquela que está prevista no artigo 48.º do TUE.

O Praesidium considera que este número deve ser mantido, a fim de explicitar que o Conselho Europeu será certamente chamado a analisar a situação resultante do facto de as alterações do Tratado que institui a Constituição serem ratificadas por um número importante de Estados-Membros, mas não por um ou mais Estados-Membros.

A fim de tornar este número igualmente aplicável à ratificação do Tratado que institui a Constituição, propõe-se que o seu conteúdo seja retomado numa Declaração anexa ao Acto Final de assinatura do Tratado Constitucional, tal como foi sugerido por alguns membros da Convenção (Einem, Haenel).

Artigo IV-8.º (ex-artigo H) Período de vigência

O Tratado **que institui a Constituição Constitucional** tem vigência ilimitada.

Observações:

Artigo mantido sem alterações.

Artigo IV-9.º (ex-artigo I) Línguas¹

O Tratado **que institui a Constituição Constitucional**, redigido num único exemplar, nas línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, finlandesa, francesa, grega, inglesa, irlandesa, italiana, neerlandesa, portuguesa, sueca, [checa, eslovaca, eslovena, estónia, húngara, letã, lituana, maltesa, polaca], fazendo fé qualquer dos textos, será depositado nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos governos dos outros Estados signatários.

Observações:

Artigo mantido sem alterações.

¹ Este artigo deverá ser adaptado em conformidade com o Acto de Adesão.